ELEIÇÕES E PARTIDOS POLÍTICOS NOS ESTADOS UNIDOS*

Raymond Wolfinger

Participantes: Senador Afonso Arinos de Melo Franco, Prof. Raymond Wolfinger, Drª Sandra Kaiser

Coordenação: Profª Lídice Aparecida Pontes Maduro

Senador Afonso Arinos – Nós temos hoje o prazer, a satisfação de receber o Prof. Raymond Wolfinger, professor de Ciência Política, da Universidade da Califórnia; doutor em Ciência Política pela Universidade de Yale; presidente da Associação de Ciência Política do Ocidente; presidente da Federação das Associações de Ciências Sociais; autor de vários trabalhos publicados, como *Dynamics of American politics; Who votes; The politics of progress,* entre outros.

Como se vê pelo currículo que eu acabo de mencionar, trata-se de uma personalidade de primeiro plano, no estudo daquelas matérias que constituem a base do nosso Instituto: Ciência Política, Direito Político. E a sua presença hoje, além de honrosa, é extremamente útil para os nossos assistentes que são também especialistas nesses assuntos. Porque ele vai tratar de matérias que estão sendo não apenas estudadas, mas vividas pelo nosso país. Nós estamos vivendo aquilo que ele estudou tão numerosamente. Ele vai falar sobre problemas de representatividade, problemas de escolha de representantes, problemas de votação. E vai falar também na democracia, no progresso, no sistema político que pode promover, dinamizar o progresso de uma nação. Esses são os pontos principais das nossas ansiedades, das nossas dúvidas, hoje, com referência ao Brasil. Nós sabemos que o Brasil oferece hoje um espetáculo impressionante aos países democráticos, pela maneira através da qual têm sido processado os preparativos para a eleição presidencial. Mas o resultado desse embate pacífico não é seguro, não é muito certo ainda para nós. Então, este objetivo, esta finalidade, este anseio, este sonho da política do progresso, sobretudo no que toca, com referência ao Brasil, ao progresso social, é ainda uma interrogação. Não quanto à sua desejabilidade, mas quanto à sua operatividade – ou seja, como nós, brasileiros, poderemos praticar essa política do progresso nacional, progresso social, sem que isso possa apresentar surpresas; principalmente, na situação atual do Brasil, em que a economia e as finanças públicas atravessam fase de grandes dificuldades e que a implementação de qualquer plano progressista terá sempre empecilhos muito fortes a vencer. Então, uma palestra de um grande cientista político, consagrado pelos títulos pedagógicos e pelos títulos pessoais, como ele é, será uma contribuição importante para mim, velho professor de Direito e Ciência Política, velho político, velho parlamentar, velho diplomata, mas para todos vocês, jovens que aqui estão, e eu incluo alguns que os franceses chamam *grisonnant,* aqueles meio grisalhos, incluo também no grupo dos jovens. Então, para todos nós será uma experiência, uma satisfação, uma oportunidade. E eu passo a palavra, com muito prazer, ao Prof. Wolfinger, pedindo antes que nós demos a ele uma salva de palmas. (Aplausos.)

Prof. Wolfinger – Eu agradeço muito pelas suas gentis palavras de boas-vindas e não posso deixar de expressar o grande prazer que eu sinto de estar aqui, pela

* Palestra realizada pelo Instituto de Direito Público e Ciência Política da Fundação Getulio Vargas, em 1 de dezembro de 1989.
A transcrição do texto foi feita da tradução simultânea realizada pelas tradutoras do Consulado Americano.

primeira vez, no Brasil. Primeira vez no Rio de Janeiro, de fato, primeira vez no Brasil, e até primeira vez ao sul do Equador.

Foi-me pedido que me refira brevemente ao sistema de eleições nos Estados Unidos e à política norte-americana. Posso então, contar, depois, com um período de tempo para responder a suas perguntas, se é que sujam, para discutir os temas que os senhores acharem de interesse, durante o tempo em que estiver à disposição.

Uma vez que os votos forem contados, daqui a 15 dias, o Brasil saberá o nome do novo presidente. Porém, o motivo pelo qual o Collor – ou o Lula – ganhará as eleições será de interesse não só acadêmico, será também de enorme importância política. E é sobre essa importância política que eu gostaria de falar um pouco com os senhores.

Eu vou me referir, dentro da situação dos Estados Unidos, ao que aconteceu em 1980 – no momento em que Reagan assumiu a presidência, substituindo o Presidente Carter. Evidentemente, os políticos tiveram a sua forma de interpretar os acontecimentos. E o interessante é que, inicialmente, tanto os políticos do Partido Democrata – os democratas – e os republicanos tinham a mesma explicação do porquê dessa mudança presidencial. Porém, os acadêmicos, que nos Estados Unidos demoram às vezes anos para tornar pública a sua opinião, demoraram muito, eu diria que talvez chegaram até tarde, para dar uma interpretação correta dos acontecimentos.

Durante a campanha presidencial, Reagan fez promessas de diminuir os impostos, de diminuir também o orçamento para programas nacionais, domésticos, e aumentar o orçamento militar. Quando o resultado foi de uma vitória tão estrondosa da parte do Reagan, a interpretação imediata foi que, conseqüentemente, o povo norte-americano estaria a favor também desses três elementos de sua campanha – de diminuir impostos, de diminuir despesas para programas nacionais e de aumentar o orçamento militar.

Esses comentários não se limitaram a grupos acadêmicos, como por exemplo o nosso. Em 1981, quando Reagan estava no seu primeiro ano no exercício da presidência, ele conseguiu que o Congresso aprovasse aqueles três elementos: a diminuição de impostos, a diminuição de despesas para programas nacionais e o aumento do orçamento militar. E isso é muito importante, porque Reagan conseguiu o apoio dos democratas no Congresso, justificando que aquela eleição, aquela votação maciça, representava realmente os anseios, o desejo popular dos americanos.

No início, então, a impressão era de que a opinião pública nos Estados Unidos tinha-se tornado mais, digamos, de direita. Porém, alguns anos depois é que os professores, os acadêmicos compreenderam um outro aspecto da vitória do Reagan. E que não se devia especificamente àquela política que eu assinalei antes, mas que Reagan, na verdade, ganhou porque ele foi visto como alternativa a um presidente que foi considerado um fracasso. Carter, no caso.

Durante o último ano da presidência do Carter, a inflação, e eu estou me referindo à inflação dentro da situação dos Estados Unidos, na perspectiva norte-americana, a inflação cresceu de uma forma terrível, os preços aumentaram de uma forma que não era considerada aceitável pelo povo. E, além de não ser considerada aceitável, era algo inusual, não tinha acontecido antes. Também houve um aumento do desemprego. E, nessa época, os Estados Unidos sofreram a grande humilhação do problema dos reféns do Irã. Então, o povo julgou que a presidência do Carter tinha sido insatisfatória. Nesse sentido, eu acho que

podemos fazer uma diferença entre não aceitar o resultado de certas políticas, por um lado, e, por outro lado, não aceitar políticas – o resultado é uma coisa, e a política, sim, é outra. No caso do Carter, o que foi considerado insatisfatório foi a sua *performance*, a forma como ele aplicou as suas políticas. Isso não quer dizer que as promessas do Reagan fossem muito mais atrativas. Mas Reagan foi a forma que o povo americano teve de demonstrar a sua insatisfação com Carter.

Eu gostaria de salientar que existe uma diferença entre as causas que levam ao resultado das eleições e as conseqüências do resultado eleitoral. Como eu disse, Reagan tinha feito aquelas promessas, em 1980: o aumento do orçamento militar, diminuição de impostos, diminuição dos gastos do orçamento para despesas internas. O que foi transformado em lei, em 1981, com o apoio do Congresso. Mas isso, que teve um grande efeito nos Estados Unidos e também teve efeito no resto do mundo, foram efeitos, não foram as causas. Como eu já assinalei, as causas da eleição do Reagan foram, justamente, a resposta negativa à *performance* do Carter. Eu não sei se esse tipo de comentário, de considerações, pode-se aplicar ao Brasil, mas eu acho que, seja quem for eleito, ou Collor ou Lula, diferentes setores encontrarão explicações para essa vitória. Explicações que depois tentarão utilizar como instrumentos políticos, e aqui eu volto a repetir, aquilo que leva um candidato a assumir a sua função política, no caso, assumir a presidência, não é necessariamente a explicação da sua vitória.

Eu acho que talvez tenha-me estendido um pouco mais do que pretendia, agora, terei o grande prazer de responder a suas perguntas. Não só a respeito da política dos Estados Unidos, mas também de outros temas a respeito dos quais tenho algum conhecimento.

Senador Afonso Arinos – Tem a palavra o professor que é meu substituto na presidência do Instituto. Estou apresentando o senhor que está, nesse momento, presidindo o Instituto, pelo fato de eu estar no Congresso.

Prof. Miguel Gonçalves de Ulhôa Cintra – Gostaria, em primeiro lugar, de agradecer a presença do professor e seus ensinamentos. A pergunta que gostaria de fazer é a seguinte: nos Estados Unidos, no Canadá, na França, na Inglaterra, na Alemanha Ocidental, o sistema eleitoral é o sistema de representação por distritos. Gostaria de saber do professor quais as vantagens que ele vê na representação distrital. E, se houver desvantagens, quais são elas. Muito obrigado.

Prof. Raymond Wolfinger – Um esclarecimento. Quando o senhor está falando em votação, está se referindo às eleições presidenciais ou está se referindo aos representantes, deputados e senadores?

Prof. Miguel Gonçalves de Ulhôa Cintra – Aos representantes legislativos.

Prof. Raymond Wolfinger – As vantagens do voto distrital nos Estados Unidos estão muito relacionadas com o sistema de partidos políticos que nós temos. Como os senhores devem saber, nós temos dois partidos políticos, e isso torna tanto causa quanto efeito dessa determinação geográfica através de distritos.

Um exemplo interessante dessa situação é o que acontece no Reino Unido, onde há uma relação imperfeita entre o número de votos e o número de lugares nas Câmaras de representantes. O que eu quero dizer é que o número de lugares atribuídos aos partidos que não obtiveram o primeiro ou segundo lugar não é proporcional ao número de votos. Então, um partido como, por exemplo, o Partido Liberal, tem um número menor de representantes do que deveria ter, pelo número de votos que obteve nas eleições.

Seria, provavelmente, bastante preciso dizermos que o terceiro e o quarto partidos da Inglaterra, num relativamente curto período de tempo, eles deixarão de ser alternativas, porque as suas chances de adquirirem algum tipo de poder

estão sendo cada vez menores. E a minha opinião é que o sucesso do Partido Trabalhista, no início do século, na Inglaterra, se deveu mais a um crescimento da organização do Partido Liberal. Nos Estados Unidos, provavelmente, nunca houve um terceiro partido muito sério, devido às eleições para o Congresso serem realizadas a nível de distritos. E, nesse caso, tem um candidato vencedor e não há nenhum outro tipo de retribuição, por exemplo, para quem não venceu, não há nenhuma chance de ter mais cadeiras proporcionais, no caso de você não ter vencido. E isso é um terrível desencorajamento a terceiros partidos.

Vocês me perguntaram a respeito das vantagens, que eu não mencionei muito, e eu vou concluir que isso depende do ponto de vista, se é uma vantagem ou não você ter apenas dois partidos.

Profª Ana Lúcia de Lyra Tavares, pesquisadora do Instituto de Direito Público e Ciências Políticas – Cumprimentando o Prof. Wolfinger pela brilhante exposição, eu gostaria de fazer duas perguntas. A primeira, dentro do que ele falou. E, a segunda, no que ele não falou. Na primeira, eu gostaria de ouvir a sua reflexão precisamente num contexto, o nosso, em que os dois candidatos à presidência – mencionados pelo conferencista, que demonstrou conhecimento da nossa realidade política – representam, igualmente, a rejeição de uma política anterior. O número de votos nulos e de abstenções que provavelmente haverá traduzirão apenas essa rejeição e, ao mesmo tempo, a rejeição aos dois candidatos. Essa é a reflexão, dentro da sua explanação. A segunda pergunta era uma pergunta de informação. Nos Estados Unidos há mecanismos de participação popular, a nível estadual: *referendum,* plebiscito, iniciativa legislativa popular. Gostaria de saber se esses instrumentos são utilizados em nível federal. Obrigada.

Prof. Raymond Wolfinger – Eu vou me referir primeiro à segunda pergunta, em relação aos mecanismos de participação popular nos níveis estadual e federal.

Quanto à cobertura nos noticiários, a política nacional recebe uma atenção superior à política a nível estadual. Mas, como nos Estados Unidos, eles levam em conta que as pessoas não se interessam muito por nenhum dos dois níveis. Mas, evidentemente, por efeitos de cobertura, o nível nacional é mais conhecido, mais divulgado, mais popular.

Uma forma pela qual a opinião pública afeta o governo é através das pesquisas públicas, de opinião pública, que são realizadas de formas bastante diversas e com muita freqüência. E também, mais uma vez, dando mais atenção ao nível nacional.

Os meios básicos para a participação pública são iguais para os níveis nacional e estadual. E isso é visto através de expressões de opiniões, através da imprensa, através do interesse dos diversos membros do Congresso, membros do Legislativo, de ouvir a opinião dos diversos partidos. E o mais comum é a opinião vir de grupos de interesse privado, de interesses particulares ou até mesmo de fanáticos que se interessem mais.

Em relação à primeira pergunta que a senhora fez, eu não sei bem o que motiva os eleitores brasileiros. Mas o que... há é um certo desencorajamento por causa da descontinuidade dos partidos políticos. Conheço a política brasileira há mais ou menos 24 horas e amanhã terei mais 24 horas de conhecimento.

No entanto, os partidos, nos Estados Unidos, relacionam o passado com o presente e há muita discussão. Normalmente, se desculpam por serem partidos relativamente fracos, mas a questão é que eles são duráveis. E essa durabilidade se deve ao fato de haver uma ligação entre o passado e o presente, entre o desempenho no passado e as opções que se tem no presente, que normalmente são bastante definidas. Por exemplo: se os eleitores aprovaram a administração

Reagan, eles vão refletir isso votando no presidente Bush, que é do mesmo partido, havendo essa continuidade. No Brasil, há maior dificuldade, por causa da variedade, da mudança contínua nos partidos. Então, é uma questão difícil. Se o eleitor não aprova o governo Sarney, o Sarney não tem um herdeiro. Então, fica difícil você saber em quem vai votar.

Nos Estados Unidos, o candidato está sempre bastante comprometido, bastante ligado a toda uma ideologia, a todo o passado do partido pelo qual ele é candidato.

Dr. Marcelo Godinho – Meu nome é Marcelo Godinho, sou advogado e mestrando em Teoria do Estado e Direito Constitucional, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Gostaria de formular duas questões ao professor. No que diz respeito à política interna norte-americana, gostaria de saber da influência de uma proposta de política de direitos humanos, em especial para a América Latina, na formação da opinião pública norte-americana, quando da eleição presidencial. Eu formulo essa questão tendo em mente artigo recente do Sr. Baker, ex-presidente do Banco Central norte-americano, o Federal Reserve, e que assumiu a Secretaria do Estado, quando da posse do presidente Bush, em que ele diz que isso é levado em consideração quando afeta diretamente os interesses da economia dos Estados Unidos. Gostaria de saber se isso é verdade, no entender do professor. A segunda questão é como os meios acadêmico e político, nos Estados Unidos, entendem e vêem a perspectiva de se tornar presidente da República Federativa do Brasil um candidato que tem uma proposta com alguns dogmas típicos que vigoravam até pouco tempo nos países da Europa Oriental. Em outras palavras, um candidato de um partido marxista. Como isso é entendido, principalmente nos meios acadêmicos e políticos norte-americanos?

Prof. Raymond Wolfinger – Em relação à pergunta dos direitos humanos na América Latina, realmente não há um grande interesse nos Estados Unidos em relação a esses problemas na América Latina. E para saber os elementos de opinião pública, seria melhor averiguar com grupos especiais, com pequenos grupos que realizariam esses trabalhos, mas não há um interesse amplo. Isso quer dizer que o Reagan realizou uma política para a América Latina, que seria mais precisamente para a América Central, não tanto para a América Latina, e que foi desaprovada pela maioria, por cerca de 2/3 da população americana. Ele foi capaz de fazer isso, sem nenhum aparente dano político, porque, apesar da política ser impopular, não era uma coisa de grande interesse para a maioria das pessoas.

Em relação à opinião pública de pessoas interessadas na América Latina, nos Estados Unidos, estes, seriam os cubanos americanos que são a parte da população mais interessada, que teria maior interesse na América Latina e América Central, que se preocupa muito com os problemas da América Central e que são muito mais hostis ao regime de Cuba e a todos os problemas dos sandinistas na Nicarágua. No nível político, é claro que os membros do Congresso na Flórida, por exemplo, onde a população cubana é maior, têm que mostrar à população uma maior preocupação e uma maior oposição aos regimes de Cuba e da América Central. Em relação à sua segunda pergunta, as opiniões no meio acadêmico são bastante raras. Os acadêmicos, nos Estados Unidos, não demonstram muitas opiniões definidas a respeito disso. Em relação ao termo marxista, é um termo bastante amplo, contém vários elementos. E devido aos recentes acontecimentos na Rússia e na Europa Oriental, essas discussões a respeito do marxismo diminuíram mais ainda. E uma coisa que é notória nos

Estados Unidos é que haja mais marxistas em Harvard, por exemplo, do que em Leningrado.

Senador Afonso Arinos – Eu gostaria de fazer uma observação a respeito dessa matéria, pelo fato de eu ter uma participação direta na política brasileira há mais de 40 anos, sou um velho parlamentar e a tenho acompanhado. Eu queria colocar o problema atualmente, tal como ele se apresenta no nosso país. Nós temos dois partidos comunistas e um partido socialista no Congresso. Tem o Partido Comunista Brasileiro, que tem dois ou três representantes; tem o Partido Comunista do Brasil que tem um excelente representante, que é o Roberto Freire, que foi candidato a presidente da República; tem o Partido Socialista do Brasil, representado pelo Jamil Haddad, que é meu colega de Senado. O problema marxista no Brasil sofreu a mesma evolução que está sofrendo em todo o mundo. Especialmente pela influência soviética. Eu tenho dois livros do Gorbachev, um livro chamado *Was ich wirklich* (...) Desculpe falar em alemão. Eu não falo, mas leio. *Was ich wirklich will*. Quer dizer, "o que eu realmente quero." E tenho um segundo livro do Gorbachev, que está publicado em italiano. Então, as explicações que ele fornece aí, que são, naturalmente, explicações adaptadas às condições e necessidades políticas atuais da Rússia soviética, mostram, cada vez mais, isto no meu modesto entender de velho professor, que o marxismo, tal como nós o concebíamos em 1848, quando surgiu o Manifesto do Marx, modificou-se. O Manifesto do Marx coincide com a revolução socialista francesa de 1848, coincide também com *Os miseráveis*, de Victor Hugo, quer dizer, há uma explosão romântica na obra do Victor Hugo e há uma explosão científica na obra do Marx. Todos dois datam de 1848. A transformação profunda que se operou no mundo moderno faz com que se possa admitir, sobretudo pelas posições de Gorbachev, que o marxismo, até Lenine, foi o marxismo da Europa do século XIX. Lenine, que é um grande homem, eu tenho as suas obras, tenho a maior admiração por ele, é o último grande pensador socialista do século XIX. Então, há muitas circunstâncias que levam a essa posição, eu vou citar uma só. A principal circunstância é que a evolução, tida como inevitável, da vitória do comunismo, tal como entendido, na Rússia soviética, quer dizer, a formação da classe operária, a revolução social, a ditadura da classe operária, a implantação do comunismo, a internacionalização do Partido, se defrontam com a bomba atômica. A bomba nuclear é um recurso que cabe aos dois lados. De maneira que todas essas possibilidades, que eram patentes no princípio do nosso século, desapareceram.

Prof. Raymond Wolfinger – Eu acho que o marxismo pode ser considerado de dois pontos de vista ou com duas finalidades diferentes. Uma seria uma base, um fundo que permitiria fazer uma crítica das sociedades não-marxistas. O outro aspecto do marxismo, que nos interessa, pessoas estudiosas como nós, evidentemente, não se refere só a ser um ponto de comparação com sociedades não-marxistas. Mas se refere também à organização de sociedades que são controladas pelos marxistas. Esse segundo aspecto, de sociedades controladas por marxistas, teve um fracasso rotundo no Leste Europeu. Então, não poderíamos deixar de imaginar, de fantasiar a possibilidade de que no futuro não existam mais sociedades marxistas. Porém, não desapareceria o primeiro aspecto, o uso do marxismo como uma forma de comparar e de criticar outros tipos de governo. E esse é o motivo pelo qual eu disse que podem existir e que talvez existam mais marxistas em Cambridge, Massachusetts, do que em Leningrado. Porque em Cambridge se tem mais interesse em falar sobre marxismo do que quem está vivendo a própria situação em Leningrado.

Alguns comentários finais a respeito: nós observamos que o sucesso que teve a oposição ao marxismo na Europa Oriental esteve centralizado mais numa oposição política e não tanto numa oposição à economia marxista. Quer dizer, a resistência não foi uma resistência tão séria, tão importante, em termos econômicos, e sim ao sistema de organização leninista da política. Por esse motivo é que quando há 10 anos alguém me disse que na Hungria era possível estabelecer uma empresa privada, era perfeitamente, juridicamente aceitável a contratação de um número máximo de 10 empregados. E aí, eu perguntei: esses 10 empregados podem-se filiar ou estabelecer um sindicato? E a resposta foi: não, absolutamente, não. Porque isso seria um ato político. Então, por isso é que eu acho que devemos fazer uma diferença entre o que é o marxismo como método político e o marxismo como método ou um sistema econômico.

Prof. Cornélio Pimenta, pesquisador do INDIPO – Consideraria o conferencista que estaria começando a surgir no mundo uma síntese entre a tese, sistema capitalista, e a antítese, sistema comunista, que seriam, então, ambos ultrapassados para um sistema social democrático?

Prof. Raymond Wolfinger – Na verdade, eu acho que o número de países em que existe um verdadeiro conflito entre comunistas e anticomunistas, um conflito sério, um conflito genuíno, é bastante limitado. Talvez na França, Itália, Espanha – poderia ser em outros países europeus, porém, durante períodos de tempo que não foram muito longos. De forma que esse tipo de concorrência séria entre setores comunistas e anticomunistas não foi muito demorado. Sabemos, ao mesmo tempo, que existe o comunismo retórico, o comunismo que pode existir sem a presença de comunistas. E temos a própria história dos Estados Unidos que nos faz lembrar esse tipo de movimento. Eu não tenho certeza de ter respondido exatamente à sua pergunta. Então, se o senhor não estiver satisfeito, gostaria de um esclarecimento.

Prof. Cornélio Pimenta – Eu perguntei se o senhor consideraria que o sistema capitalista seria um sistema que seria ultrapassado ou se considera que o sistema capitalista, como o sistema comunista, são sistemas que existem para ficar. Se eles serão ultrapassados, eu penso que eles seriam ultrapassados por uma síntese entre os dois, que é uma social democracia, que não seria nem capitalista nem comunista.

Prof. Raymond Wolfinger – Se me pedissem que eu assinalasse quais são os pais da social democracia, provavelmente eu diria que a mãe é o capitalismo, mas eu acho que eu não diria que o comunismo é o pai. Voltando, então, às origens da social democracia, alguns poderiam dizer que o pai seria o pensamento marxista do século XIX. Outros poderiam dizer que justamente o pensamento não-marxista seria o pai da social democracia. Alguns poderiam dizer que esses pensamentos poderiam, dentro da árvore genealógica, ser considerados como o avô ou a avó do lado materno. Eu discordo um pouco da sua própria pergunta, no sentido de que eu acho que o leninismo é um ingrediente muito importante para o comunismo. Eu acho que existe o monopólio marxista-leninista e que esse tipo de monopólio marxista-leninista não tem um papel a desempenhar dentro da social democracia.

Senador Afonso Arinos – Mais alguma questão a ser colocada? O professor tem algo a dizer?

Prof. Raymond Wolfinger – Não tenho muitos comentários. Talvez simplesmente interpretar que essa última pergunta pode estar vinculada com a situação que o Brasil está vivendo nesse momento. Eu acho que talvez reflita certas dúvidas

quanto à política brasileira, quanto ao que pode acontecer com esse presidente que será eleito através de um processo democrático. E também quanto à possibilidade desse presidente, eleito democraticamente, precisar de mudanças do sistema, para que a sua política tenha condições de resolver os problemas que enfrenta o país.

Prof. Afonso Arinos – Quanto aos presentes alguma observação a mais? Alguma pergunta? Não havendo nada, em meu nome, no do Instituto de Ciência Política, da Fundação Getulio Vargas, eu queria agradecer ao eminente professor Raymond Wolfinger a lição que acaba de dar, na qual ele não apenas ofereceu aspectos positivos do seu saber, como também, através desse saber, ele provocou nos seus ouvintes reflexões que vão além do que ele disse, como acentuou há pouco, e que se relacionam diretamente com a situação política atual do nosso país.

Eu gostaria que ele levasse ao seu público de alunos e de companheiros da universidade, a nossa convicção de que estamos oferecendo ao mundo um espetáculo quase comovente de participação nacional na escolha do futuro chefe de governo, chefe de Estado. São mais de 80 milhões, que compareceram para manifestar não apenas a sua decisão como as suas esperanças. Mas deve também considerar que certas circunstâncias peculiares, inerentes ao sistema presidencial brasileiro, devem tornar difícil a interpretação dele da maneira como se está desenvolvendo esse pleito. Eu digo – circunstâncias inerentes – porque nós temos 100 anos de República, estamos completando esses 100 anos de República, e tivemos mais de 50 anos de aplicação duvidosa e irregular desse sistema de governo. Uma das fragilidades está precisamente naquilo que ele mencionou: o bipartidarismo como base do funcionamento do presidencialismo americano. Nós nunca conseguimos formar um sistema coerente de partidos no presidencialismo brasileiro. Na Primeira República, nós tínhamos dois partidos, praticamente, que eram dois estados: Minas Gerais e São Paulo. Depois, a inserção de um terceiro partido, que foi o Rio Grande do Sul, em 1930, transformou isso, realmente, e nunca mais nós conseguimos organizar um sistema de partidos que se adaptasse ao sistema presidencial; que nos Estados Unidos é caracterizado, como ele disse, por dois partidos e pela Suprema Corte. E nós também nunca conseguimos criar uma Suprema Corte como instrumento político específico, único no mundo, que é a Suprema Corte americana. Não sou monarquista. Sou republicano histórico. Mas sou parlamentarista. E é isso que eu queria dizer ao professor. No Brasil, o sistema presidencial funciona dificilmente. Terá graves dificuldades, que nós teremos perante nós daqui a pouco, porque nenhum dos dois partidos, qualquer que eleja seu presidente, terá condições, nesse momento, de levar a efeito aquilo que promete. Isto criará uma situação de dificuldades, porque não organizará maioria no Congresso, antes da próxima eleição. Tudo isto me faz muito duvidoso. Não vou suscitar o problema atual do parlamentarismo no Congresso. Seria uma espécie de golpe contra o presidente eleito. Mas estou convencido, peço ao professor que leve isso em mente, que o sistema presidencial só existe nos Estados Unidos. Nem na América Latina, nem nos países árabes nem na África, em nenhum outro lugar. E desejo que ele não suponha que há qualquer tipo de restrição ou hostilidade à tradição gloriosa da República americana. Tradição que nós herdamos desde o século XVIII, antes da independência brasileira.

Agora, eu desejo, em nome da Fundação Getulio Vargas, em nome do Instituto de Ciência Política, em nome de todos que aqui estiveram presentes, apresentar ao professor os nossos sentimentos muito sinceros de agradecimento, as nossas expressões muito vivas de admiração e os nossos votos, ferventes, pelo êxito da sua presença em nosso país; à Srª Wolfinger, oferecer a ela todas as nossas

homenagens, uma estada agradável na nossa terra e uma volta muito feliz ao seu país, ao seu belo, admirável país, levando as homenagens da nossa casa a todos os estudantes das universidades onde o Prof. Wolfinger ensina.

Muito obrigado.

Prof. Raymond Wolfinger – Obrigado.